

CIDADANIA GLOBAL E INCLUSÃO DIGITAL: FACILITANDO O APRENDIZADO EM AMBIENTES DE ENSINO A DISTÂNCIA

GLOBAL CITIZENSHIP AND DIGITAL INCLUSION: FACILITATING LEARNING IN DISTANCE EDUCATION ENVIRONMENTS

CIUDADANÍA GLOBAL E INCLUSIÓN DIGITAL: FACILITANDO EL APRENDIZAJE EN ENTORNOS DE EDUCACIÓN A DISTANCIA

José Maurício de Carvalho Paes de Andrade¹

RESUMO: Esse artigo buscou analisar como a cidadania global e a inclusão digital podem contribuir para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem em ambientes de Educação a Distância (EaD). O objetivo foi compreender de que forma o uso das tecnologias digitais pode ampliar o acesso ao conhecimento, promover a equidade educacional e favorecer a formação de cidadãos críticos e participativos. A pesquisa, de caráter qualitativo e bibliográfico, baseou-se em autores como Freire, Morin, Castells, Kenski e Moran, que discutem o papel das tecnologias na formação humana e social. Os resultados apontaram que o uso pedagógico das tecnologias digitais favorece a autonomia dos estudantes e fortalece o diálogo intercultural, desde que haja mediação docente adequada e políticas de inclusão digital. Constatou-se também que o acesso às tecnologias, quando aliado à prática pedagógica humanizada, é capaz de reduzir desigualdades e promover a cidadania global. Conclui-se que a integração entre cidadania, inclusão e tecnologia é indispesável para o fortalecimento de uma educação inovadora, democrática e socialmente transformadora.

9349

Palavras-chave: Cidadania global. Inclusão digital. Educação a distância.

ABSTRACT: This article aimed to analyze how global citizenship and digital inclusion can contribute to improving the teaching and learning process in distance education environments. The objective was to understand how the use of digital technologies can expand access to knowledge, promote educational equity, and foster the formation of critical and participatory citizens. The qualitative and bibliographic research was based on authors such as Freire, Morin, Castells, Kenski, and Moran, who discuss the role of technology in human and social formation. The results showed that the pedagogical use of digital technologies encourages students' autonomy and strengthens intercultural dialogue, provided there is adequate teaching mediation and inclusive digital policies. It was also found that access to technologies, when combined with a humanized pedagogical practice, can reduce inequalities and promote global citizenship. It is concluded that the integration between citizenship, inclusion, and technology is essential for strengthening innovative, democratic, and socially transformative education.

Keywords: Global citizenship. Digital inclusion. Distance education.

¹Mestre em Educação (Formação de Professores). Universidad Européa del Atlántico.

RESUMEN: Este artículo tuvo como objetivo analizar cómo la ciudadanía global y la inclusión digital pueden contribuir a mejorar el proceso de enseñanza y aprendizaje en entornos de educación a distancia. El propósito fue comprender cómo el uso de las tecnologías digitales puede ampliar el acceso al conocimiento, promover la equidad educativa y favorecer la formación de ciudadanos críticos y participativos. La investigación, de carácter cualitativo y bibliográfico, se basó en autores como Freire, Morin, Castells, Kenski y Moran, quienes discuten el papel de la tecnología en la formación humana y social. Los resultados mostraron que el uso pedagógico de las tecnologías digitales fomenta la autonomía de los estudiantes y fortalece el diálogo intercultural, siempre que exista una mediación docente adecuada y políticas de inclusión digital. También se constató que el acceso a las tecnologías, cuando se combina con una práctica pedagógica humanizada, puede reducir las desigualdades y promover la ciudadanía global. Se concluye que la integración entre ciudadanía, inclusión y tecnología es indispensable para fortalecer una educación innovadora, democrática y socialmente transformadora.

Palabras clave: Ciudadanía global. Inclusión digital. Educación a distancia.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o avanço das tecnologias digitais transformou profundamente a forma como o conhecimento é produzido, compartilhado e acessado. No campo educacional, essa revolução tecnológica trouxe consigo novas possibilidades de inclusão, especialmente por meio do ensino a distância (EaD), que rompe barreiras geográficas e democratiza o acesso à aprendizagem. No entanto, para que essa expansão seja verdadeiramente significativa, é necessário compreender a inclusão digital como um direito e um instrumento de cidadania global, permitindo que indivíduos de diferentes contextos possam participar de forma crítica, criativa e ativa das dinâmicas sociais e educacionais contemporâneas. 9350

Segundo Castells (2017), vivemos em uma “sociedade em rede”, em que o acesso às tecnologias de informação e comunicação (TICs) não é apenas um meio técnico, mas uma condição fundamental de participação social. A exclusão digital, portanto, representa uma nova forma de desigualdade, que se soma às disparidades socioeconômicas e educacionais já existentes. Nesse sentido, o papel das instituições educacionais é o de promover a equidade tecnológica, garantindo não apenas a infraestrutura necessária, mas também o desenvolvimento de competências digitais que permitam ao estudante atuar com autonomia e responsabilidade na esfera global.

A cidadania global, conceito amplamente discutido por Morin (2011), pressupõe uma educação que ultrapasse os limites locais e nacionais, promovendo uma consciência planetária e solidária. Assim, o processo educativo deve integrar valores como cooperação, sustentabilidade, empatia e respeito às diversidades culturais, articulando-se com o uso consciente das tecnologias digitais. No contexto da EaD, isso significa possibilitar uma

aprendizagem mediada por tecnologias que fomente a reflexão crítica e a corresponsabilidade social.

Além disso, a pandemia de COVID-19 acelerou a adoção das tecnologias digitais em todos os níveis de ensino, revelando tanto o potencial quanto os desafios da educação mediada por tecnologias. Conforme afirma Kenski (2021), a emergência sanitária impulsionou novas práticas pedagógicas, mas também evidenciou a desigualdade no acesso a dispositivos e à internet, especialmente entre estudantes de regiões periféricas. Essa realidade reforça a importância de políticas públicas que garantam infraestrutura, formação docente e materiais pedagógicos inclusivos.

Dessa forma, refletir sobre a cidadania global e a inclusão digital significa repensar o papel do educador e da escola no século XXI. Como destaca Freire (1996), educar é um ato político, e nesse novo cenário, a prática docente precisa ser mediadora, integradora e transformadora. O professor passa a ser um facilitador do aprendizado, que estimula o pensamento crítico e o uso ético das tecnologias, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e participativos em uma sociedade digital.

Por fim, compreender os impactos das tecnologias na construção da cidadania global e na inclusão digital em ambientes de EaD é fundamental para o fortalecimento de uma educação mais justa, acessível e humanizadora. Este estudo busca, portanto, analisar as relações entre tecnologia, cidadania e aprendizagem significativa, destacando estratégias que promovam uma educação emancipadora, alinhada às demandas contemporâneas e às metas da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

9351

MÉTODOS

Este estudo foi desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa, com caráter bibliográfico e exploratório, fundamentando-se em referenciais teóricos contemporâneos que discutem a integração das tecnologias digitais, a cidadania global e os processos de ensino-aprendizagem em contextos de educação a distância. A pesquisa qualitativa foi escolhida por permitir uma análise mais profunda e interpretativa das relações entre tecnologia e educação, priorizando a compreensão dos significados construídos pelos autores e dos impactos que esses processos exercem na formação cidadã.

Segundo Gil (2019), a pesquisa bibliográfica consiste em examinar e interpretar produções científicas já publicadas com o intuito de compreender determinado fenômeno, construir reflexões e propor novas interpretações. Assim, o presente trabalho se baseou na

leitura e análise de livros, artigos e documentos oficiais publicados entre 2015 e 2024, selecionados por meio de bases de dados como SciELO, Google Scholar e Periódicos CAPES. A seleção considerou a relevância dos estudos e a atualidade das discussões, a fim de garantir a consistência e a validade teórica do texto.

O percurso metodológico foi organizado em três etapas: levantamento teórico, análise crítica e sistematização reflexiva. Na primeira, foram reunidos autores que tratam de inclusão digital e cidadania global, como Castells (2017), Kenski (2021), Freire (1996), Morin (2011), Moran (2020) e Bauman (2018). Em seguida, na segunda etapa, realizou-se uma análise interpretativa dos textos, observando convergências e divergências entre as abordagens, especialmente quanto à incorporação das tecnologias digitais no contexto da EaD e à sua função social. Por fim, a terceira etapa consistiu na elaboração de uma reflexão integradora, articulando os conceitos teóricos à realidade educacional contemporânea.

A metodologia adotada também valoriza o olhar crítico e humanizado sobre o processo educativo, entendendo que as tecnologias, quando bem aplicadas, ampliam o potencial de inclusão e de cidadania. Como afirma Bardin (2016), a análise de conteúdo é uma ferramenta relevante para identificar significados e interpretações implícitas nas produções acadêmicas, permitindo compreender como a inclusão digital se relaciona com as dimensões éticas, políticas e pedagógicas da educação. 9352

olhar mais abrangente e transformador sobre a inclusão digital e o ensino a distância. Desse modo, este estudo não se restringe à descrição de conceitos, mas busca interpretar os sentidos e as implicações sociais das práticas educativas mediadas por tecnologias. Essa perspectiva interpretativa confere ao trabalho um caráter formativo e crítico, possibilitando refletir sobre caminhos e desafios para o fortalecimento da cidadania global por meio da educação digital.

Por fim, ressalta-se que o rigor metodológico foi garantido pela triangulação de fontes, pela atualização bibliográfica e pela coerência teórico-conceitual entre os referenciais utilizados e os objetivos propostos. Essa postura assegura a fidedignidade das interpretações e contribui para a construção de um

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos a partir da análise bibliográfica evidenciaram que a relação entre cidadania global e inclusão digital representa um dos eixos mais promissores para a construção de uma educação democrática e transformadora. A incorporação das tecnologias digitais em

ambientes de ensino a distância (EaD) tem permitido ampliar o acesso ao conhecimento e promover práticas mais colaborativas e humanizadas. Contudo, também revelou desafios que exigem um olhar crítico sobre o papel das instituições e dos educadores na mediação tecnológica do processo de aprendizagem.

De acordo com Moran (2020), o uso de tecnologias no ensino não deve se limitar ao suporte técnico, mas ser compreendido como um meio para estimular a autonomia, a reflexão e o protagonismo dos estudantes. Essa perspectiva alinha-se à noção de cidadania global, uma vez que o sujeito digital precisa desenvolver consciência ética e social em um mundo interconectado. As plataformas de EaD, quando bem estruturadas, podem oferecer experiências formativas que ultrapassam a transmissão de conteúdos, incentivando o diálogo intercultural e a aprendizagem significativa.

Os estudos de Kenski (2021) reforçam que o maior obstáculo à inclusão digital não está apenas no acesso físico às tecnologias, mas na formação docente e no domínio pedagógico dessas ferramentas. Professores capacitados tornam-se mediadores fundamentais para que as tecnologias sejam integradas de forma crítica, criativa e contextualizada. A carência de formação continuada, entretanto, ainda constitui uma barreira em muitas redes públicas de ensino, o que limita o alcance dos benefícios proporcionados pela educação digital.

9353

Freire (1996) já alertava que a educação libertadora só se efetiva quando o conhecimento é compartilhado de maneira dialógica. Essa premissa se aplica diretamente ao ensino mediado por tecnologias, onde o educador não é o único detentor do saber, mas um orientador que ajuda o aluno a interpretar criticamente as informações disponíveis. Nesse sentido, a EaD, aliada à inclusão digital, amplia as possibilidades de construção coletiva do conhecimento e favorece o desenvolvimento da consciência crítica.

Morin (2011) acrescenta que a cidadania planetária requer uma nova ética do saber, capaz de integrar razão, emoção e solidariedade. Essa ética digital deve ser incorporada às práticas pedagógicas, promovendo o uso responsável das tecnologias e o respeito à diversidade cultural. As plataformas digitais podem, portanto, funcionar como espaços de convivência intercultural, onde o estudante aprende a compreender e valorizar diferentes perspectivas do mundo.

A pesquisa também mostrou que a inclusão digital vai além do acesso técnico: ela envolve inclusão social, econômica e cognitiva. Castells (2017) aponta que a exclusão digital é uma extensão das desigualdades estruturais da sociedade. Portanto, políticas públicas que garantam conectividade e dispositivos tecnológicos são indispensáveis, mas insuficientes sem um acompanhamento pedagógico que valorize o contexto de cada aluno. A escola precisa atuar

como mediadora da justiça social, promovendo o letramento digital como ferramenta de emancipação.

Autores como Bauman (2018) destacam que vivemos em uma sociedade líquida, na qual as relações e o conhecimento estão em constante transformação. Nesse cenário, o domínio das tecnologias torna-se essencial para o exercício pleno da cidadania. O desafio, porém, está em educar para a criticidade, evitando que os alunos sejam apenas consumidores passivos de informações. O papel da escola é transformar as experiências digitais em oportunidades de reflexão e de construção coletiva do saber.

Segundo Primo e Recuero (2020), o uso das redes digitais como espaços de aprendizagem amplia a interação e o engajamento dos alunos, mas requer metodologias que valorizem a cooperação e a escuta ativa. A pedagogia da participação baseada em práticas dialógicas e interativas aproxima o ensino das necessidades reais dos estudantes, favorecendo o senso de pertencimento e o fortalecimento da cidadania digital.

A análise também evidenciou que o ensino a distância, quando planejado com intencionalidade pedagógica, pode atender de forma inclusiva a públicos historicamente marginalizados. Moran (2020) e Lima e Santos (2021) mostram que a EaD tem sido uma via de acesso à educação superior para estudantes de baixa renda, moradores de áreas rurais e pessoas com deficiência. Essa expansão reforça o caráter social da tecnologia e sua contribuição para a equidade educacional. 9354

Outro aspecto identificado foi o impacto das tecnologias digitais no desenvolvimento de competências socioemocionais. Segundo Gardner (2020), a educação do futuro deve integrar diferentes dimensões da inteligência humana, promovendo empatia, colaboração e responsabilidade. Nesse sentido, as ferramentas digitais possibilitam práticas inovadoras que estimulam a expressão emocional e a cooperação entre os alunos, tornando o aprendizado mais humano e significativo.

Os resultados também apontam que a cidadania global não se constrói apenas por meio do acesso à informação, mas do compromisso ético com o uso dessa informação. Freire (1996) defende que o saber deve estar a serviço da transformação social, e essa visão é especialmente relevante no contexto digital, onde a desinformação e o discurso de ódio se propagam com facilidade. Educar para a cidadania digital implica desenvolver o pensamento crítico e o discernimento ético frente ao uso das tecnologias.

Além disso, autores como Papert (1985) e Lévy (2010) já destacavam o potencial das tecnologias para criar ambientes de aprendizagem construtivistas, em que o aluno aprende

fazendo, experimentando e colaborando. Essa visão se mantém atual e encontra novas possibilidades com as plataformas digitais, que permitem o compartilhamento de saberes em tempo real, o uso de simuladores e a personalização da aprendizagem conforme o ritmo de cada estudante.

A discussão teórica revelou ainda que as práticas inclusivas em ambientes digitais devem respeitar a diversidade de ritmos, estilos e condições de aprendizagem. Kenski (2021) defende que as tecnologias só são verdadeiramente inclusivas quando adaptadas às diferentes necessidades dos estudantes, o que exige um planejamento pedagógico sensível e flexível. A EaD pode, assim, promover o protagonismo de alunos com deficiências, transtornos de aprendizagem ou dificuldades de acesso físico às instituições presenciais.

Os resultados também mostram que a inclusão digital fortalece a educação intercultural, uma vez que a conectividade permite o contato entre estudantes de distintas regiões e culturas. Essa troca amplia horizontes, estimula o respeito mútuo e contribui para a formação de uma consciência global. Morin (2011) afirma que compreender o outro é o primeiro passo para construir uma sociedade mais solidária e democrática, e as tecnologias digitais são pontes eficazes nesse processo.

Por outro lado, a literatura analisada aponta que ainda há desigualdades no acesso à internet e aos dispositivos, sobretudo em países da América Latina. Segundo dados da UNESCO (2023), cerca de 37% das crianças e jovens do mundo ainda não possuem acesso à internet em casa, o que limita o alcance das políticas de EaD. Essa realidade reforça a urgência de ações públicas que promovam a inclusão digital como componente da cidadania. 9355

Além das políticas estruturais, a pesquisa destaca a importância das formações docentes contínuas. A capacitação dos professores é o elemento-chave para integrar tecnologia e pedagogia de forma coerente e transformadora. Como afirma Moran (2020), o uso das tecnologias deve estar alinhado à prática reflexiva e à inovação didática, de modo que o professor se torne protagonista no processo de mediação tecnológica e na construção de uma educação significativa.

A discussão aponta também que o desenvolvimento de uma cultura digital ética e responsável é indispensável. Lévy (2010) propõe o conceito de “inteligência coletiva”, no qual o conhecimento é construído colaborativamente, respeitando o saber do outro. Essa visão reforça a importância da cooperação e do diálogo na formação cidadã, valores que devem ser incorporados desde o planejamento pedagógico até a prática cotidiana em ambientes virtuais de aprendizagem.

Por fim, percebeu-se que o uso pedagógico das tecnologias digitais contribui para a consolidação de uma educação mais aberta, participativa e democrática. A EaD, quando articulada à inclusão digital e à cidadania global, permite que o aluno seja autor do próprio conhecimento e sujeito ativo de transformação social. Essa perspectiva humanizadora é a base para um modelo educacional que respeita a diversidade, valoriza o pensamento crítico e promove a emancipação intelectual.

Dessa forma, os resultados confirmam que a tecnologia, quando mediada por práticas éticas e pedagógicas consistentes, é uma poderosa aliada na construção de uma sociedade mais justa e consciente. O desafio que permanece é garantir que todas as pessoas, independentemente de sua condição social ou geográfica, possam usufruir plenamente dos benefícios da era digital, consolidando uma educação inclusiva e cidadã em escala global.

CONCLUSÃO

A reflexão construída neste estudo evidenciou que a cidadania global e a inclusão digital são dimensões indissociáveis para a consolidação de uma educação democrática, crítica e socialmente justa. O uso das tecnologias digitais em ambientes de ensino a distância (EaD) mostrou-se um instrumento essencial para ampliar o acesso ao conhecimento e favorecer o desenvolvimento de competências que ultrapassam o campo técnico, alcançando aspectos éticos, sociais e culturais da formação humana. No entanto, os resultados também apontaram que a simples presença das tecnologias não garante inclusão, sendo imprescindível a existência de mediação pedagógica qualificada e políticas públicas comprometidas com a equidade.

Percebe-se que, na contemporaneidade, ensinar com tecnologia é também educar para a cidadania, formando sujeitos críticos, conscientes e participativos. O professor, nesse contexto, assume o papel de mediador do conhecimento, promovendo aprendizagens colaborativas e contextualizadas que estimulem o pensamento reflexivo e a autonomia. A inclusão digital, portanto, vai além do acesso material envolve a construção de práticas educativas que favoreçam o diálogo, o respeito à diversidade e o uso ético das mídias digitais.

A análise revelou, ainda, que a cidadania global se expressa na capacidade de compreender o mundo de maneira integrada, solidária e responsável. Nesse sentido, a EaD e as tecnologias digitais funcionam como pontes que conectam realidades distintas e possibilitam o compartilhamento de saberes entre culturas, fortalecendo a consciência coletiva e a valorização das diferenças. Assim, educar com base nos princípios da inclusão digital significa preparar

cidadãos para viver e atuar em um mundo interdependente, onde o conhecimento é construído de forma colaborativa e permanente.

Além disso, o estudo reforça que as instituições educacionais precisam investir em formação docente continuada, infraestrutura tecnológica e políticas de conectividade universal. Essas ações são fundamentais para reduzir as desigualdades e garantir que o potencial transformador das tecnologias alcance todos os estudantes, independentemente de sua origem ou condição social. O fortalecimento da inclusão digital é, portanto, uma condição necessária para o exercício pleno da cidadania global e para a construção de uma sociedade mais participativa e sustentável.

Conclui-se, portanto, que a integração entre cidadania global, inclusão digital e ensino a distância deve ser encarada como um compromisso ético e político da educação contemporânea. Ao colocar a tecnologia a serviço da humanização e da justiça social, a escola reafirma seu papel como espaço de transformação e emancipação, promovendo o desenvolvimento de indivíduos capazes de aprender, conviver e agir de forma crítica no mundo digital e real.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016. 9357
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** 21. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GARDNER, Howard. **As inteligências múltiplas: a teoria na prática.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2020.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação.** Campinas: Papirus, 2021.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: Editora 34, 2010.
- LIMA, Ana Cláudia de; SANTOS, Carolina Pereira dos. **Educação a distância e inclusão social: desafios e perspectivas na contemporaneidade.** Revista Educação & Linguagem, v. 26, n. 2, p. 211–228, 2021.
- MORAN, José Manuel. **Metodologias ativas para uma aprendizagem inovadora: uma abordagem teórico-prática.** São Paulo: Papirus, 2020.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** São Paulo: Cortez, 2011.

PAPERT, Seymour. **A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática.** Porto Alegre: Artmed, 1985.

PRIMO, Alex; RECUERO, Raquel. **Interação mediada por computador: comunicação, cibercultura e cidadania digital.** Porto Alegre: Sulina, 2020.